

MARTINS PEREIRA  
SC1. VIDA PÚBLICA  
SSC1, SEIT  
SR21. PROGRAMA / 1

J. Martins Pereira  
SEIT/2 1/7

PROGRAMA DE CONTROLE  
DA  
INDUSTRIA METALOMECAÂNICA PESADA

NOTAS PARA UMA CONVERSA; CONTINUO INTERESSADO E AO TEU DISPOR :

PARA REFLECTIRMOS :



- 1 - A questão chave do documento é  
"(ou por qualquer outra forma que os qualifique como elementos da confiança desses mesmos trabalhadores)".
- 1.1 - Isto põe o problema da presença dos Sindicatos e não das Comissões de Trabalhadores (ver nova Lei Sindical - "únicos representantes").
- 1.2 - Talvez o problema possa ser ultrapassado da seguinte forma  
Sindicatos - representação dos trabalhadores ao nível dos seus interesses económicos;  
C.Trabalhadores ou Comissões-Revol. - representação dos trabalhadores ao nível dos seus interesses políticos.
- Ligar ao projecto do Otelio Saraiva de Carvalho e seus amigos (ver Expresso de 24.5.75 "Dinamizar as Estruturas Populares").
- 1.3 - É evidente que a redacção actual do Documento e o facto de ter o parentesis pode reflectir a correlação de forças actuais. Não estou em condições de o averiguar e só tu o poderás dizer.  
Uma "batalha" -afrontamento- com reformistas não sei se será viável a nível de CT e Governo. Acredito que o possa ser junto dos militares.
- 1.4 - Neste preciso momento e penso que a única forma de passar à frente será não se meter no conflito PS-PC e aproveitar o momento soberano do seu "intertemento", na disputa, para avançar um projecto subscrito pela esquerda militar. Uma aliança de momento com eles é fundamental obrigando-os a vir eles próprios a dirigir-se às massas sem interposta pessoa-partidos.
- 1.5 - A proposta dos militares reformistas dos Conselhos de Defesa da Revolução contra a proposta dos C.R.T. é realmente o passo decisivo para a "militarização e ditadura do partido" e isso é grave.
- 1.6. - Se os Sindicatos se metem no teu projecto é, para mim evidente, que vamos cair na posição soviética de os sindicatos serem o veículo do estado, a sua correia de transmissão.
- 1.7 - O projecto da revol. cultural-massas, exército-partido não tem contra partida aqui directa. O projecto actual talvez possa ser - Estado-Militares, Massas Populares. Ter em conta a natureza muito particular do actual estado, natureza essa que mudará logo que ele assuma um papel eminentemente repressivo como poderá acontecer dentro de 15 dias a 1 mês.

.../...

2 - A segunda questão chave é a do "poder"

O comissariado será ou não, um órgão deliberativo ? Existem várias estruturas : Governo, Administrações das Empresas, Comissariado, Comissões de Trabalhadores. Em termos de "poder" como é que isto se articula ?

3 - A terceira questão chave é a de "Racionalizar ou não o irracional".

Será que o projecto coincide ou está aquém do momento. É uma questão de correlação de forças. Se está à quem ele redundará num projecto tecnocrático. Não estou num ponto de observação suficientemente bom para o avaliar. Esta coisa de ser franco atirador sem partido tem alguns inconvenientes.....

4 - A quarta questão chave é a da possibilidade de se "cartelizar" o sector. O comissariado seria eventualmente a réplica em termos reformistas do CIEP.

4.1 - Qual o critério para integrar outras empresas ?

4.2 - A defesa da média-pequena empresa como seria aqui articulada ?

4.3 - Por exemplo : Uma nova tecnologia importada um novo licenciamento seria necessariamente atribuído só às empresas do Comissariado ?

4.4 - Não cairemos na criação de uma "aristocracia" da metalo-mecânica pesada ? Não começará a funcionar o "chauvinismo da grande empresa". Como articular isto com a defesa da média-pequena empresa e sobretudo como articular a questão das fronteiras da indústria privada e em última análise qual o projecto absolutamente necessário da definição em cada momento revolucionário das alianças de classe.

4.5 - Não se irá criar um proteccionismo estatal-operário para estas empresas. ("Estatual" obviamente e "Operário" por "organização operária-sectorial maior aqui").

5 - A quinta questão chave é a da articulação com a planificação central.

5.1 - É possível planificar este sector específico sem planificar o resto ?

5.2 - É evidente que será possível obter um bom nível de emprego e utilização do parque de máquinas do sector desde que se cilindre todo o resto ou melhor desde que se ponha todo o resto a reboque.

Valerá a pena isso?

.../...

- 5.3 - Não me parece justo que não se avance desde já a questão dos preços e do seu controle. Qual o critério político de preços políticos a consignar ? Parece-me fundamental em razão de 4.
- 5.4 - Qual a dimensão do sector e qual o seu papel na economia. Sem um critério político disso nada feito.
- 6 - A sexta questão chave é a ausência de um critério de controle de rentabilidade social-econômica do próprio Comissariado. Sem isso é a "balda" completa.
- 7 - Estas medidas quem atingem ? Quem é o inimigo ? Sendo o estado um elemento repressivo como joga nisto ?
- 7.1 - O Estado aparece como coordenador e árbitro da actividade das empresas - isto é da actividade patronal. O Estado aparece como integrador através das CT do outro elemento da contradição (Empresa-Trabalhadores) Quem se lixa no fim disto ?  
 O resultado, e não a intenção, será realmente o reforço do poder dos trabalhadores sobre as empresas e o aniquilamento do poder das Administrações e o esconjuramento de uma certa sabotagem ? O resultado mais avançado do projecto não será realmente resolver em favor de um capitalismo de estado o conflito -capital-trabalho ?
- 7.2 - Interessa sempre e aqui definir os contornos do inimigo que em certo projecto visa. Qual é esse inimigo exactamente ?
- 7.3 - Há três elementos, estado, empresas-administração-trabalhadores. O Estado neste momento de crise e excepcionalmente, paira ligeiramente acima das classes e consoante o peso das lutas as relações de força. O Estado pende para um ou outro lado, sem contudo se transformar num estado proletário sem mudar de natureza. Quando não se define no projecto contra quem as medidas se dirigem e contra que situações se vai agir, isto quando não se fixa sobre quem vai incidir a repressão e contra quem se dirigem as medidas, fica aberta a porta para que o resultado objectivo seja absolutamente o contrário da intenção. E depois só resta ... lâstima . É preciso definir a contradição principal deste processo limitado.
- 7.4 - Para as pessoas terem emprego é preciso que haja investimentos. Onde surgem os obstáculos para que a "massa" surja para os concretizar ? Que interesses de classe vão surgir para os canalizar para outros sectores ?  
 Uma vez canalizados para o sector em causa que interesses vão mesmo servir ?

.../...

Se os 14 pontos forem cumpridos o Estado substitui-se aos capitalistas privados. Então o projecto redonda num projecto capitalista de estado ? É óbvio que não é de rejeitar a priori por isso, pois até pode acontecer que os interesses proletários passem por isso. Mas é absolutamente necessário que isso fica apontado no próprio projecto.

7.5 - O Estado aparece como coordenador e arbitro da concorrência entre empresas em luta por encomendas, investimentos, mercados internos e externos.

Se o Estado tem projectos independentes portanto das Administrações, então põe-se o problema de como o Estado-Comissariado se serve deles para prosseguir a luta dentro de um ponto de vista proletário contra os inimigos - administrações.

Existem contradições entre os trabalhadores e as empresas - salários, desemprego, organização da produção e da distribuição.

Nas actuais condições o desemprego não é fundamentalmente o fruto de uma crise económica, mas sim o fruto de uma luta política de classes, que a classe operária no momento não pode derimir em seu proveito. Logo, o que acontece agora, é que a luta estrita da classe operária agudiza a situação económica. Assim toda a questão do desemprego vai situar-se fora do sector, quer no interior do país quer no exterior.

7.6 - Torna-se necessário que o próprio projecto aponte uma politica de informação mas não de atemorização, mas indique que as medidas a tomar são para resolver num dado periodo este e aquele problema e quais os sacrificios e a quem são exigidos e quais os interesses reais que são tutelados e "expropriados".

7.7 - Havendo um volume para investimento é preciso que se explique claramente porque são para aqui e não para ali e quais as camadas que beneficiam e quais as camadas que são afectadas. Só assim o Comissariado com o apoio dos trabalhadores poderá forçar os poderes públicos e poderá derrotar os obstáculos de classe e do próprio Estado quando recorrer a imposição de obter o investimento tal e tal em deprimimento de um outro.

8 - Questões menores.

8.1 - O controle de stocks é fundamental.

8.2 - A realização do valor é fundamental, Produzir, produzir e ... colocar o produto !!

.../...

- 8.3 - Nos utilizadores parece-me importante não incluir só a C.P, e C.P.E. mas também os grandes da industria química e petro química pois o volume de encomendas destes vai ser grande.
- 8.4 - O "markcting" de novos mercados será atributo do Commissaria do ou de um organismo estatal especifico de marketing ? Como articular isso com um F.F.E. renovado ?

9 - Última questão

A política do Governo é de sobremaneira "aguentar por 3 ou 4 meses o barco à espera de melhores condições políticas". Se é o papel tem razão; se não é não me parece que chegue.

10 - Precauções cautelares

- 10.1 - Poder
- 10.2 - O politico a comandar o econômico
- 10.3 - Anti-autoritarismo
- 10.4 - Sindicatos fora da gestão
- 10.5 - Evitar a "cartelização" estatal do sector. Evitar a protecção do sector.
- 10.6 - Lógica da racionalidade capitalista não poderá comandar.
- 10.7 - Evitar a falta de concorrência nesta fase. Outros critérios de futuro de controle.
- 10.8 - Evitar que tudo isto seja uma "balda" sem controle. Impor metas que não são necessariamente quantidades de produção.
- 10.9 - Controle de Stocks
- 10.10- Atribuição correcta do novo Know-how
- 10.11- A questão da defesa de outras empresas. Aliança de classes. Não à aristocratização" do pessoal do sector. Não ao egoísmo do sector e ao egoísmo proletário
- 10.12- É sempre preciso definir qual é a contradição principal de um processo e quais são as contradições secundárias.
- 10.13- É preciso sempre em última análise, definir qual é o inimigo que vai ser atingido.

.../...

10.14 - Os reformistas têm um plano. Se se coabita com eles numa estrutura ou se tem também um plano de alternativa ou tarde ou cedo ẽ-se comido e passa-se a funcionar para eles. Um tipo transforma-se num quadro "ã borla".

26/8/95

# CRIADO O GRUPO DE TRABALHO DA METALOMECÂNICA PESADA

Reuniram-se, segunda-feira, com o ministro da Indústria e Tecnologia e os secretários da Indústria Pesada e da Energia e Minas, representantes da Comissão Coordenadora de Trabalhadores da Metalomecânica Pesada e representantes das administrações das empresas abrangidas, com o fim de ser posto a funcionar um grupo de trabalho visando a criação do futuro órgão de planeamento e controlo básico daquele sector, commissariado.

Segundo um comunicado emanado do Ministério da Indústria e Tecnologia, o grupo de trabalho será constituído por dois representantes do M.I.T. e vários técnicos provenientes das empresas do sector.

Este grupo de trabalho deverá, na sua actua-

ção promover contactos com órgãos representativos dos trabalhadores do sector, no âmbito de promover, de imediato, forma de intervenção daqueles ao nível do planeamento do sector, até que sejam adoptadas formas institucionalizadas.

A mesma fonte refere que, as condições actuais prevalecentes no sector, das quais se destaca a existência de diversos projectos industriais em diferentes graus de adiantamento, impõe que desde já, tais projectos sejam tratados em termos de planeamento sectorial e controlo de produção ao mesmo nível por parte dos trabalhadores. Importará sobretudo, assegurar o aproveitamento maximizado das capacidades de produção instaladora.

Neste sentido, entendeu-se necessário promover de imediato o funcionamento de um dispositivo transitório, que através da Secretaria de Estado da Indústria Pesada desencadeie as acções indispensáveis ao lançamento articulado dos projectos a desenvolver, destacando, dentre as acções, a inventariação dos cargos para o sector decorrentes dos projectos em fase de próxima concretização; inventariação das capacidades instaladas e disponíveis nas empresas do sector; desenvolvimento de contactos com as empresas do sector, as empresas clientes e organismos intervenientes que preparem o adequado lançamento do órgão de planeamento e controlo do sector, logo que este se encontre instituído.



MARTINS PEREIRA  
SC1. VIG/PUBLICA  
SSC1, SEIT  
SR21. PROGRAMA /2

J.C.  
47. 19 Nov 75